

Sabia que ...

... Portugal e outros cinco países entregaram na ONU ratificação do Tratado do Alto Mar?

Até agora, 29 países ratificaram este acordo, juridicamente vinculativo, para proteger a vida marinha que existe em dois terços de todo o oceano. São precisos 60, para entrar em vigor.

Portugal e outros cinco países entregaram na ONU ratificação do Tratado do Alto Mar. A União Europeia (UE) e seis dos seus Estados-membros, incluindo Portugal, depositaram nas Nações Unidas, em Nova Iorque, os seus instrumentos de ratificação do Tratado do Alto Mar, poucos dias antes do início da terceira Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, em Nice, de 9 a 13 de Junho. Chegámos assim às 29 ratificações, ainda longe das 60 necessárias para que o acordo entre em vigor.

Este é um "passo histórico para proteger os oceanos do mundo e preservar o delicado equilíbrio dos ecossistemas do planeta", afirmou o comissário europeu das Pescas e Oceanos, o cipriota Costas Kadis, citado num comunicado de imprensa, deixando um apelo a todos os países para que sigam esse exemplo.

"A UE está a enviar um sinal forte para a Conferência das Nações Unidas sobre o Oceano: é urgente conservar o Alto Mar. Mas a ratificação do tratado é apenas o início. Precisamos de ver vontade política real dos governos para pôr em prática o tratado e cumprir o compromisso de proteger pelo menos 30% do oceano até 2030", adotado pelo Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal, afirmou Brianna Fruean, ativista pelo oceano da Samoa e embaixadora para o Oceano e Clima da organização Together for the Ocean.



O alto mar é rico em biodiversidade, desde o minúsculo plâncton até às grandes baleias DANIEL ROCHA

França, que acolhe entre 9 e 13 de Junho deste ano a terceira Conferência dos Oceanos da ONU, indicou que promoverá "um momento especial", a 9 de Junho, em que se espera que

mais países entreguem a sua ratificação do Tratado do Alto Mar. "É nossa ambição garantir que este tratado entre em vigor. (...) É realmente importante que se torne lei internacional", assumiu o diplomata francês junto da ONU, Jérôme Bonnafont, citado pela agência Lusa.

O Tratado do Alto Mar é um documento juridicamente vinculativo, que resultou de quase 20 anos de discussões e tem como objetivo a conservação e utilização sustentável da biodiversidade marinha, nas áreas do oceano que ficam para lá das águas territoriais de cada país. O alto mar é quase dois terços do oceano global e tornou-se uma espécie de Faroeste, onde é difícil regular as atividades humanas, salienta a organização High Seas Alliance.



Visto de cima, o alto mar pode parecer vazio - mas sob as águas, a vida ferve, desde o plâncton microscópico até às baleias gigantes. Mas estima-se que dez por cento das espécies marinhas corram risco de extinção. No fundo marinho, há formas de vida muito mal conhecidas da ciência e também há depósitos de minerais que podem ser valiosos, que muitas empresas e países pretendem explorar - embora se conheça mal os efeitos que essa atividade mineira pode ter, mas o que se sabe, até agora, é alarmante.

Um dos aspetos fundamentais que este tratado prevê é a criação de áreas marinhas protegidas no alto mar, onde certas atividades podem ser limitadas, como a pesca ou a extração mineira. Outro é a partilha dos eventuais benefícios obtidos com a exploração dos recursos genéticos marinhos.

"Como alguém que cresceu no mar e à volta do mar, e que continua a herança da família de defesa do oceano, sei o quanto as nossas vidas estão ligadas à saúde do mar", afirmou Alexandra Cousteau, neta de Jacques Cousteau, presidente da organização Oceanos 2030, e conselheira da Oceana, citada em comunicado. "O tempo das promessas já terminou. Apelo aos governos que aumentem a sua ambição e que a sua atuação seja à escala da crise que o oceano enfrenta."

Adaptação da publicação:

<https://www.publico.pt/2025/05/29/azul/noticia/portugal-cinco-paises-entregam-onu-ratificacao-tratado-alto-mar-2134782>